



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ nº 08.324.196/0001-81 | CVM nº 01813-9 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DESTAQUES (R\$ MM) 4T25	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Margem Bruta	401	389	3%	1.548	1.421	9%
EBITDA	319	308	4%	1.254	1.140	10%
EBITDA Caixa	298	236	26%	1.079	968	11%
Resultado Financeiro	(72)	(84)	(14%)	(314)	(287)	9%
Lucro Líquido	165	143	15%	683	557	23%

INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	2.050	1.993	2,9%	7.825	7.527	4,0%
Energia Distribuída Total (GWh) (cativo + livre + GD)	1.822	1.737	4,9%	7.083	6.806	4,1%
Número de Clientes (mil)	1.638	1.608	1,9%			
DEC anualizado (horas)	6,07	8,30	(27%)			
FEC anualizado (interrupções)	2,91	2,96	(2%)			
Perdas de Distribuição (%)	7,08%	8,60%	(18%)			

Indicadores Financeiros de Dívida			
Dívida Líquida/EBITDA²	2,37	2,24	0,13
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ³ EBITDA 12 meses

Destaque Financeiro e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 2.050 GWh no 4T25 (+2,9% vs. 4T24) e de 7.825 GWh em 2025 (+4,0% vs. 2024).
- EBITDA de R\$ 319 milhões no 4T25 (+4% vs. 4T24) e de R\$ 1.254 milhões em 2025 (+10% vs. 2024). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) foi de R\$ 298 milhões no 4T25 (+26% vs. 4T24) e de R\$ 1.079 milhões em 2025 (+11% vs. 2024);
- Lucro Líquido de R\$ 165 milhões (+15% vs. 4T24) e de R\$ 683 milhões em 2025 (+23% vs. 2024);
- R\$ 537 milhões de CAPEX em 2025, maior parte dedicada à expansão da rede;
- Perdas Totais (12 meses) no 4T25 de 7,08%, abaixo do limite regulatório de 11,14%;
- DEC 12 meses de 6,07h (abaixo do regulatório de 9,66h) e FEC 12 meses de 2,91x (abaixo do regulatório de 5,85x).
- Recomendação da Aneel ao Ministério de Minas e Energia para renovação da concessão por mais 30 anos.

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Melhor Distribuidora do Brasil pela segunda vez, Melhor Distribuidora do Nordeste pela sétima vez, empresa com o Melhor Modelo de Gestão do Brasil pela quarta vez e um dos melhores lugares para se trabalhar no Rio Grande do Norte pela segunda vez. Importante começar esta Mensagem destacando os quatro reconhecimentos externos mais relevantes que a Neoenergia Cosern recebeu ao longo de 2025 - um ano histórico para nossa empresa sob todos os aspectos.

Alcançar essas distinções, concedidas por instituições renomadas como a Abraade, a Fundação Nacional da Qualidade e a GPTW, é uma evidência concreta de que estamos trilhando o caminho certo à frente da Neoenergia Cosern nos últimos três anos. Ao liderar um time extremamente comprometido com o fornecimento de energia elétrica de qualidade, reafirmamos nosso compromisso de fazer parte da vida de milhões de potiguares, levando desenvolvimento e qualidade de vida.

Também destaco uma conquista inédita que tornou 2025 um ano ainda mais especial para a Neoenergia Cosern. Encerramos o ciclo como a primeira e única distribuidora do Brasil, com mais de 500 mil clientes, a enquadrar todos os seus conjuntos elétricos em DEC e FEC. É um feito histórico, resultado de um trabalho coletivo de excelência e que merece ser comemorado, pois reforça nossa dedicação e empenho com a prestação de um serviço de qualidade aos nossos clientes, sempre no centro do nosso negócio.

Nosso DEC ao final de 2025 foi de 6,07 horas (37% abaixo do limite da Aneel, de 9,66 horas). Na prática, os potiguares tiveram energia disponível durante 99,93% das 8.760 horas do ano. Já o FEC foi de 2,91 vezes (50% abaixo do regulatório, de 5,85 vezes). Outro indicador importante, embora sem meta regulatória, foi o Tempo Médio de Atendimento (TMAE), que fechou dezembro em 5,6 horas - o melhor resultado dos últimos seis anos. Esse desempenho é resultado, entre outras ações, da inauguração de seis novas Bases Operacionais em Parelhas, Apodi, Touros, São José de Mipibu, Areia Branca e Umarizal, totalizando 23 estruturas no Estado. Elas servem como pontos de apoio descentralizados para nossas equipes, reduzindo significativamente o tempo de atendimento às ocorrências e diminuindo o risco de acidentes durante deslocamentos.

Em 2025, o investimento da Neoenergia Cosern no sistema elétrico potiguar foi de R\$ 537 milhões, um crescimento de 26% em relação ao ano anterior, destinado principalmente à expansão e modernização da rede elétrica, que já soma 61 mil quilômetros. Essa rede está cada vez mais inteligente, utilizando inteligência artificial para se reconfigurar automaticamente.

Até 2025, pretendemos investir mais R\$ 2,5 bilhões no sistema elétrico potiguar, um dos maiores planos da história da distribuidora. No dia 9 de dezembro, recebemos com grande satisfação a recomendação da Aneel ao Ministério de Minas e Energia para a renovação da Concessão por mais 30 anos.

Dentro do nosso planejamento estratégico, destaco obras entregues que já impulsionam o desenvolvimento econômico do Estado. Em fevereiro, inauguramos a Subestação São Gonçalo do Amarante, beneficiando meio milhão de consumidores em quatro municípios da Região Metropolitana de Natal. Em dezembro, colocamos em operação as subestações São Miguel do Gostoso, no Litoral Norte, e Petrópolis, na Zona Leste de Natal. Juntas, receberam investimento de R\$ 84 milhões e atendem áreas residenciais, comerciais e turísticas estratégicas para a economia potiguar.

O turismo, uma das atividades econômicas mais importantes do Rio Grande do Norte, também recebeu atenção especial. Nosso Plano Verão contou com investimentos de R\$ 92 milhões com ações iniciadas em julho de 2025 e que se estenderão até o fim do Carnaval de 2026. As ações beneficiaram diretamente 41 municípios litorâneos e outros de interesse turístico, com lavagem de mais de 130 km de cabos, manutenção de 600 transformadores, inspeção termográfica de cerca de mil quilômetros de rede em áreas praianas, além de podas preventivas e reforço das equipes de plantão — tudo para garantir tranquilidade em um dos períodos mais esperados por potiguares e visitantes.

O trabalho educativo e cultural da Neoenergia Cosern também merece destaque. Entre os diversos projetos, cito a abertura, em dezembro, do Espaço Aulas de Energia no alto da torre projetada por Oscar Niemeyer no Parque da Cidade, em Natal. O local já recebe crianças e adultos para interações com experimentos sobre eletricidade, meio ambiente e sustentabilidade. O Instituto Neoenergia, por sua vez, já alocou mais de R\$ 13,5 milhões no Estado desde 2018, transformando energia em cultura e mudando realidades em todos os recantos do RN.

Tenho também muito orgulho dos programas de apoio às pessoas que trabalham na empresa e das políticas inclusivas para quem deseja fazer parte do nosso time. Geramos 1.067 empregos diretos e outros 2.300 indiretos. Criamos o Potencialize, programa de desenvolvimento para pessoas pretas e pardas, e o Programa de Diversidade Geracional e promovemos Oficinas de Inovação e Tecnologia para Menores Aprendizizes e Estagiários.

Ao longo do ano, contratamos mais 51 colaboradores próprios, sendo 75% mulheres, além de duas pessoas com deficiência, fortalecendo a primarização da nossa força de trabalho. Formamos 26 alunos na 20ª turma da Escola de Eletricista e capacitamos 27 colaboradores na 1ª Turma de Obras da Neoenergia Cosern.

Desde 2022, 120 mulheres já se formaram na Escola de Eletricistas; 28% delas foram contratadas e trabalham em pé de igualdade com os homens em todas as regiões do Estado. Essa e outras políticas afirmativas voltadas ao público feminino e à diversidade renderam à Neoenergia Cosern uma Menção Honrosa da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa, em novembro.

Encerro esta mensagem lembrando que todas as conquistas mencionadas são fruto do trabalho coletivo de um time excepcional que tenho a honra de liderar. Os resultados comprovam que cumprimos nosso dever em 2025 e reforçam que temos ainda mais a realizar em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Norte ao longo de 2026.

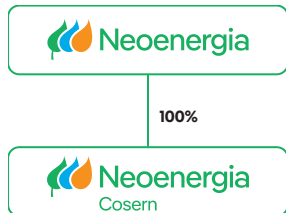
Fabiana Carvalho Lopes
 Diretora-Presidente da Neoenergia Cosern

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Cosern detém a concessão para distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, composto de 167 municípios potiguares em uma área total de 52.811 km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a Estrutura Acionária da Companhia era:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando o PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Modernização Setorial

Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nos 1.300 e 1.304, convertidas nas Leis nos 15.235 e 15.269, que trataram de diversos itens de modernização setorial, com reflexos transversais em todos os negócios da Neoenergia.

Entre as principais iniciativas da MP 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade da conta de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estratégicos como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de geração, conhecidos como *curtailment*.

A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais, cujo avanço é esperado ao longo de 2026.

Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) 2987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.

3.2. Abertura do Mercado Livre

Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.269, que previu a abertura do mercado livre para o Grupo B - Baixa Tensão (inferior à 2,3 kV) em duas etapas: em até 24 meses de publicação da Lei (novembro de 2028) para os consumidores comerciais e industriais; e em até 36 meses de publicação da Lei (novembro de 2029) para os demais consumidores.

A medida veio acompanhada de outras definições, dentre as quais destaca-se a criação do Supridor de Última Instância, figura responsável por atender os consumidores varejistas que se encontrem temporariamente sem fornecedor no mercado livre.

Outra definição foi o compartilhamento dos efeitos financeiros da sobrecontratação ou da exposição involuntária das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores ao mercado livre entre todos os consumidores regulados e livres, mediante encargo tarifário.

3.3. Prorrogação das Concessões das Distribuidoras

Em 20/06/2024 foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual. Em 16/10/2024 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, cujo resultado foi o modelo do termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, que foi aprovado em 25 de fevereiro de 2025.

Em 09/12/2025 foram publicados os Despachos nº 3684 e 3.686/2025 onde a ANEEL recomendou ao MME a prorrogação dos Contratos de Concessão de Distribuição nº 008 e 010/97-ANEEL, considerando que a Neoenergia Cosern cumpriu, respectivamente, os critérios relativos à eficiência da continuidade do fornecimento e da gestão econômico-financeira e comprovaram a regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificações jurídica, econômico-financeira e técnica.

3.4. Processo de Atualização Tarifária

Em 15/04/2025, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Cosern. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio -0,32%, sendo -0,33% para a baixa tensão e -0,30% para clientes da alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de 3,7%, totalizando R\$ 2.227,5 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 19,7% dos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 288,17/MWh. Já a variação da Parcela B foi de +6,6%, (1.312,1 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 8,58%, deduzida do Fator X, de 1,95%.

3.5. Taxa Regulatória de Remuneração de Capital - WACC

Em 27/03/2025 foi divulgado o Despacho ANEEL nº 882/2025, que atualizou os valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos de revisão tarifária a partir de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, a ANEEL publicou uma retificação do despacho 882/2025 com alterações nas taxas de remuneração. A taxa final real antes dos impostos foi de 12,17% para distribuição e de 11,95% para a Geração e Transmissão. A taxa real depois dos impostos ficou em 8,03% para as distribuidoras e 7,89% para as geradoras e transmissoras.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Neoenergia Cosern encerrou 2025 com 1.638 mil consumidores, +30 mil novos consumidores em relação a 2024 (+1,9%).

Neoenergia Cosern	Participação no Total %		2025 / 2024	
	2025	2024	2025	2024
Número de Consumidores (Em milhares)				
Residencial	1.446	1.417	88,3%	88,1%
Industrial	2	2	0,1%	0,1%
Comercial	115	113	7,0%	7,0%
Rural	45	47	2,7%	2,9%
Outros	30	29	1,8%	1,8%
Total	1.638	1.608	100,0%	100,0%

4.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Cosern no 4T25 foi de 1.822 GWh, +4,9% vs. 4T24 e de 7.083 GWh em 2025, +4,1% vs. 2024. Vale destacar que Neoenergia Cosern teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Cosern		Participação no Total %		Neoenergia Cosern		2025/2024		Participação no Total %	
	4T25	4T24	4T25	4T24	2025	2024	Dif.	%	2025	2024
Energia Distribuída (GWh)	4T25	4T24	Dif.	%	4T25	4T24	2025	2024	Dif.	%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(13)	(10,2%)	10,8%	11,6%	360	383	(23)	(6,1%)
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(13)	(10,2%)	10,8%	11,6%	360	383	(23)	(6,1%)
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(13)	(10,2%)	10,8%	11,6%	360	383	(23)	(6,1%)
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(13)	(10,2%)	10,8%	11,6%	360	383	(23)	(6,1%)
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(13)	(10,2%)	10,8%	11,6%	360	383	(23)	(6,1%)
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(13)	(10,2%)	10,8%	11,6%	360	383	(23)	(6,1%)
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(13)	(10,2%)	10,8%	11,6%	360	383	(23)	(6,1%)
Outros	157	158	(1)	(-1,1%)	15,7%	15,1%	625	622	3	0,6%
Residencial	582	599	(17)	(2,9%)	58,3%	57,3%	2.385	2.474	(89)	(3,6%)
Industrial	18	26	(8)	(30,0%)	1,8%	2,5%	82	121	(39)	(32,1%)
Comercial	133	141	(8)	(5,3%)	13,3%	13,5%	579	687	(108)	(15,8%)
Rural	108	121	(1							

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Renda de aplicações financeiras	15	10	17	5	50%		47	46	1	2%		
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(64)	(81)	5	7	(21%)		(325)	(301)	(24)	8%		
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(23)	(13)	(10)		77%		(36)	(32)	(4)	13%		
Juros, comissões e acréscimo moratório	5	10	(5)		(50%)		31	30	1	3%		
Variações monetárias e cambiais - outros	2	(3)	5		(167%)		20	(4)	24	N/A		
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(10)		(10)		-		(17)	(7)	(10)	143%		
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(4)	(5)	1		(20%)		(19)	(8)	(11)	138%		
Obrigações pós emprego	1	-	1		-		1	-	1	-		
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(17)	(15)	(2)		13%		(52)	(43)	(9)	21%		
Total	(72)	(84)	12		(14%)		(314)	(287)	(27)	9%		

O Resultado Financeiro foi de -R\$72 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 84 milhões no 4T24), explicado, majoritariamente, pela melhora da renda de aplicações financeiras, devido ao aumento do rendimento médio e do volume médio aplicado. No ano, o resultado financeiro foi de -R\$ 314 milhões (vs. -R\$ 287 milhões em 2024), explicado, majoritariamente, pelo aumento nos encargos da dívida, devido ao aumento no CDI do período (46% do endividamento da companhia está atrelado a esse indexador). Vale destacar que em 2025, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 18 milhões referentes à atualização monetária sobre os débitos tributários, contabilizados no 2T25.

6. INVESTIMENTOS

Em 2025, a Neoenergia Cosern realizou Capex de R\$ 537 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

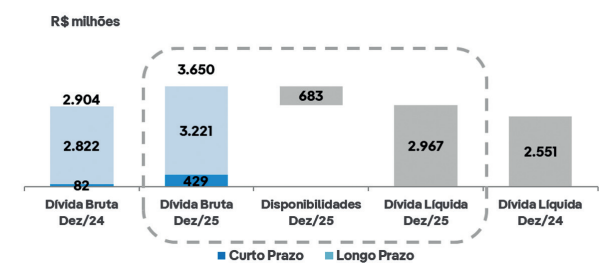
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	2025	2024	Δ %
Expansão de Rede	345	243	42%
Novas Ligações	204	152	35%
Novas SE's e RD's	141	91	55%
Renovação de Ativos	74	91	(18%)
Melhoria da Rede	67	42	59%
Perdas e Inadimplência	11	14	(19%)
Outros	62	45	39%
Investimento Material (Estoque x Obra)	591	460	28%
(=) Investimento Bruto	591	460	28%
Subvenções	(24)	(10)	133%
(=) Investimento Líquido	567	450	26%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(31)	(25)	222%
(=) CAPEX	537	425	26%
Base de Anuidade Regulatória	62	45	39%
Base de Remuneração Regulatória	498	390	28%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

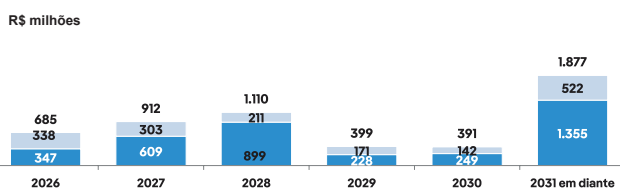
7.1. Perfil da Dívida

Em Dezembro de 2025, a dívida líquida da Neoenergia Cosern, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.967 milhões (dívida bruta de R\$ 3.650 milhões), apresentando crescimento de 16% (R\$ 416 milhões) em relação a dezembro de 2024. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Cosern possui 88% da dívida contabilizada no longo prazo e 12% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 31 de dezembro de 2025.



8. RATING

Em 25 de novembro de 2025, a Standard & Poor's - S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 4.14/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.



Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2025	2024	2025 x 2024	
			Dif.	%
Convencional	1.068	1.019	49	4,8%
Baixa Renda	378	398	(20)	(5,0%)
Total	1.446	1.417	29	2,0%

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Cosern possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

- Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 - (i) Dividendos de R\$ 109.279 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2025 e pagos em 28/05/2025;
 - (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 17.027 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/03/2025 e pagos em 28/07/2025;
 - (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 18.886 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/06/2025 e pagos em 28/07/2025;
 - (iv) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 24.125 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 29/09/2025 e pagos em 12/11/2025;
 - (v) Dividendos Intermediários de R\$ 397.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/10/2025 e pagos em 05/12/2025;
 - (vi) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 18.396 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Cosern reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/desstituição dos diretores. Os membros se reúnem bimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo seu Presidente, pelo Secretário, a pedido do Presidente, ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por quatro membros titulares e quatro membros de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.2.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Respeito dos Direitos Humanos e uma Política de Gestão Sustentável do Capital Humano e Prevenção do Assédio que orientam suas práticas para prevenir o assédio, promover um ambiente profissional diverso, inclusivo, respeitoso e livre de discriminação. Além de atrair, selecionar, gerir, promover e reter os melhores talentos, fomentar o desenvolvimento e a capacitação contínua das pessoas. Também incentivamos o conhecimento, o treinamento e o desempenho com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio.

Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 7 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBTQI, luta da pessoa com deficiência e outros;

Vilarejos Juntos: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQI+ e pessoas com deficiência: rodadas de conversa, paternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBTQI, são alguns dos temas tratados;

Potencialize: segunda edição do programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras, desta vez com 58 participantes;

Compromissos Públicos: este ano firmamos parceria com o Fórum de empresas LGBTQI;

Programa de Acolhimento de Colaboradoras em Situação de Violência contra a Mulher: iniciativa oferece suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas;

Letramento racial e outras diversidades: Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia, com foco na participação de mulheres, buscando a equidade de gênero no setor, uma vez que mais de 80% dos formados são contratados pela Neoenergia.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade de Harvard para ser estudado o impacto desse projeto na sociedade e na operação. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricitistas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.883 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Algumas ações de 2025 que foram destaques:

- **Inspire Meninas a Sonhar:** Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam na empresa 213 meninas em idade escolar para conhecer o dia a dia dessas mulheres, rotina, os temas abordados para que elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas;
- **Operação Quilo:** Recolheu 44,6 toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a 132 instituições filantrópicas, beneficiando 12.386 pessoas;
- **Campanha de doação de roupas:** Arrecadadas 24.281 mil peças, beneficiando 10.046 mil pessoas;
- **Cinca da Solidariedade:** Arrecadou 54.360 mil itens de higiene pessoal;
- **Semana Internacional de Voluntariado:** Iniciativa global promovida pela Iberdrola, registrou 6.122 mil horas de voluntariado no Brasil e 33.086 beneficiados. As ações incluíram mutirão de doações de sangue, esporte solidário, momento cultural com idosos e educação para crianças, entre outros.
- **Árvore da Solidariedade:** Tradicional ação natalina realizada em seis estados, beneficiando 2.198 crianças, jovens e idosos em 2025.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores e órgãos da Administração ao final de 2025, além da remuneração segregada por gênero:

Nº Colaboradores	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Liderança	26	50	76	34,2%
Não Liderança	243	778	1.021	23,8%
Total	269	828	1.097	24,5%

Órgão da Administração	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Diretoria	2	2	4	50,0%
Conselho de Administração	1	4	5	20,0%
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	4	0,0%
Conselho Fiscal - Suplentes	2	4	6	33,3%

Remuneração média anual (R\$¹)	Mulheres	Homens
Liderança	265.040	348.164
Não Liderança	98.989	103.791

¹ Considera média anual de remuneração fixa e variável. Não são considerados eletricitistas.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

As vésperas da COP30, a Neoenergia lançou o projeto da construção da Usina Solar Noronha Verde, um investimento de R\$ 350 milhões que permitirá a descarbonização da matriz elétrica de Fernando de Noronha. O projeto inclui mais de 30 mil painéis solares e um sistema de baterias de grande capacidade

para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No mesmo evento, a empresa entregou a primeira usina solar flutuante do arquipélago, instalada no Açude do Xaréu, que vai atender 30% do consumo da ilha e evitar 717 toneladas de CO₂ por ano, e reforçando o compromisso da Neoenergia com a aceleração da transição energética e com a adoção de tecnologias de baixo carbono em territórios de alta relevância ambiental.

Durante a COP30, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, assumindo compromisso de zerar emissões líquidas até 2039 e reconhecendo o reforço do prototipo de modelo de negócio em transição energética e contínuo para indicadores vinculados ao financiamento da IFC. As metas aprovadas incluem fortes reduções nos Escopos 1, 2 e 3 - com cortes de até 90% nas emissões indiretas até 2039 - alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e a ciência climática.

Outro destaque durante a COP 30, foi a iniciativa da Iberdrola e Neoenergia, que levou jovens do PerifaConnection e Observatório das Baixadas ao evento para discutir oportunidades de emprego na economia verde e como a transição energética pode abrir novas carreiras, além dos desafios para aproveitá-las. A Neoenergia reforça seu compromisso com a transição energética ao integrar a Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa que reuniu empresas e associações para propor medidas voltadas à transição energética e à descarbonização, incluindo recomendações para a COP30 sobre matriz renovável, redução de emissões e investimentos em infraestrutura. A Neoenergia contribuiu com estudos técnicos, apoio ao relatório coordenado pelo CEBDS e PSR, lançado em evento Coalizões Temáticas rumo à COP30, que ocorreu em outubro, em Brasília.

A Companhia também firmou um parceria com a Hidra para desenvolver modelos de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Anel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo à neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelba. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE-Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis. A apuração do resultado das metas de ESG de 2025 serão divulgadas no relatório de sustentabilidade.

10.2. Inovação

A principal estratégia para garantir nossos avanços em sustentabilidade, eficiência e competitividade, sendo esse um processo descentralizado e aberto que se integra a todos os nossos Negócios. Esse esforço é potencializado pela diversidade dos nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite o equilíbrio entre atividades rotineiras e iniciativas inovadoras. A partir da estratégia *first to market* (primeiro a chegar ao mercado), exploramos tecnologias emergentes, em consonância com os nossos compromissos de sustentabilidade.

Nossos esforços de inovação estão estruturados em cinco eixos principais:

- **Tecnologias Disruptivas** - Foco no desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções mais eficientes e sustentáveis que otimizem as operações.
- **Novos Produtos e Serviços** - Criação de ofertas personalizadas que atendam às necessidades dos clientes.
- **Digitalização e Automação** - Uso de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e big data (análise e interpretação de grandes volumes de dados) e machine learning (aprendizado de máquina) para integrar e otimizar processos.
- **Inovação Colaborativa** - Parcerias com startups, universidades e fornecedores para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e para impulsionar inovações incrementais e disruptivas.
- **Cultura de Inovação** - Fomento a um ambiente que valoriza talentos e práticas inovadoras.

A governança da inovação é reforçada pela plataforma colaborativa Go In, que promove a geração de soluções. Em 2025, a terceira edição do Programa Inovamos resultou em mais de 1.900 ideias, um aumento de 108% em relação a 2024.

Em 2025, destinamos R\$ 468,4 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outros regulamentos. O valor inclui R\$ 168,9 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outros regulamentos. Nos últimos três anos, os projetos regulados pela Anel envolveram mais de 1,2 mil pesquisadores e cerca de 44 parceiros tecnológicos. O detalhamento dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pode ser encontrado em página de P&D (https://www.neoenergia.com/pesquisa-desenvolvimento-inovacao).

10.3. Educação e Cultura

Através do Programa Energizar, seguimos com os cursos focados nos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e renda em parceria com a Rede Muda Mundo. No ano, disponibilizamos cursos de saúde física, danças, alfabetização de adultos, reforço escolar, línguas, culinária, gastronomia, dentre outros. A novidade em 2025 foi que o programa passou a contar com núcleos de produção nos quais algumas das mulheres formadas em cursos de renda e liderança trabalham na confecção de seus produtos para venda. Além do espaço, também foi disponibilizado maquinário e capital de giro necessários para iniciar essa produção. Com isso, fortalecemos cada vez mais o empoderamento feminino.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Um destaque é o Festival Kizomba integrante do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Quilombola Sumidouro, localizada na área de concessão do Projeto de Energia em Caramuru, promovendo a preservação e a continuidade de suas tradições. O festival é patrocinado pela Neoenergia desde 2024 e, desde então, também fortaleceu o relacionamento da comunidade com a Neoenergia. Com o patrocínio, doamos à comunidade sanfonas, instrumentos musicais tradicionais amplamente utilizados nas festividades locais.

Nas esferas cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editoriais Transformo Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editoriais de cultura do Brasil, por meio da utilização de leis estaduais e federal, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo/Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, dirigido para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira.

5ª edição do Prêmio Inspirar, que pela primeira vez teve foco exclusivo em lideranças femininas negras. A iniciativa superou os resultados das edições anteriores, alcançando quase 58 mil votos e registrando aumento de 58% nas inscrições. Com sua potência transformadora, o prêmio engajou comunidades e contribuiu para fortalecer vozes que ecoam em novos territórios, promovendo impacto social e transformação de realidades. A edição de 2025 foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

Caravana Energia da Cultura que consiste em uma série de encontros presenciais de formação com aplicabilidade prática, com o objetivo de aprimorar técnicas e boas práticas na área da cultura, em Mossoró (RN), Feira de Santana (BA), Brasília (Distrito Federal) e Araras (SP), além de oferecer mentorias online para essas localidades. O programa promove o intercâmbio entre gestores socioeconômicos e a formação de uma rede de apoio.

Conectar Cultural é uma iniciativa realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), a fim de preservar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural imaterial do Recôncavo Baiano, contando também com a participação do meio acadêmico.

10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões de atuação. Por meio do desenvolvimento de projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

2025 representou um período crítico e significativo para a organização. O Instituto desenvolveu e apoiou 17 programas e projetos sociais de impacto destacados em seu plano de atuação, com recursos próprios e incentivados. Dentre estes, podemos destacar o Transformando Energia em Cultura, Jogando Juntas e o inédito Ilumina Social, integrados por meio da uma Chamada de Editais bianual. O Instituto apoiou 94 novos projetos realizados com leis de incentivo estaduais e federais e acompanhou 67 iniciativas em execução por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto (NAPs) Cultura, Social e Esportivo. Houve o crescimento de 46% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2024, utilizando doze leis de incentivo. A ampliação do escopo para contemplar as leis sociais federais e as novas leis de esporte estaduais resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Já com recursos próprios, em 2025 o Pontes para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interiorização, transformando cada conexão em um propósito compartilhado.

Ainda em 2025, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, celebrou 10 anos de atuação. Ao longo do ano, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

Homologatória ANEEL nº 3.442/2025; e (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 245 (R\$ 186 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 331 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 57 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 3 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção modicidade Eletrobras. **3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:**

	2025	2024
CVA e neutralidade		
Energia (1)	152	104
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(35)	29
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	40	(15)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	21	(39)
Neutralidade de encargos setoriais (5)	6	2
PROINFA	2	1
Total	186	82

	2025	2024
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (6)	(123)	(131)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(25)	(23)
Serviço PIS/COFINS sobre ICMS (7)	(4)	(112)
Modicidade Eletrobras (8)	3	25
Bandeira Escassez Hídrica (9)	-	(46)
Neutralidade PIS/COFINS (10)	(6)	-
MMGD sj/ Perdas Não Técnicas (11)	(3)	3
RTE COVID (nota 12)	25	16
Financiamento CDE GD (12)	14	(13)
Outros	(29)	(57)
Total	157	25

(1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (2) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2025, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de recebimento na tarifa; (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025; (5) CVA ativa referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculada conforme mercado futuro e os valores contemplados no reajuste tarifário de 2025; (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (7) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com o recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2025 R\$ (101) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2025, o valor ativo de R\$ 86 em contrapartida da redução da receita; (8) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e despacho ANEEL nº 1.536/2025 e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024 e 2025, sendo contabilizado pela Companhia o valor de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2025; (9) Foi reconhecido no processo de Revisão Tarifária 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modicidade tarifária e mitigação das tarifas. Esse componente foi liquidado em abril de 2024; (10) Constituição de um passivo financeiro decorrente da neutralidade do valor de PIS/COFINS homologado no último processo tarifário com referência ao mercado futuro; (11) Constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Minigeração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidas na Consulta Pública nº 9 de 2024; e (12) Constituição ativa, referente ao Financeiro CDE GD estabelecido conforme REH nº 3.484/2025. **3.3 Outras receitas:**

	2025	2024
Arrendamentos e aluguéis	65	59
Comissão serviços de terceiros	6	7
Serviço taxado	2	2
Administração de faturas de fraudes	(3)	-
(-) Compensações regulatórias (1)	(1)	-
Outras receitas	70	70
Total	70	70

(1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços ou suspensão indevida. **3.4 Deduções de receita bruta:**

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(813)	(720)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(400)	(366)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(3)	(3)
Total	(1.216)	(1.089)

	2025	2024
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(365)	(259)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(17)	(16)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(21)	(15)
Outros encargos (1)	(22)	(20)
Total	(425)	(310)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSÉE. **3.5 Política contábil material e julgamentos críticos:** a) Política contábil material: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A mensuração é realizada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada conforme o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia consumida pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia comercializa energia elétrica em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cuja negociação é direta entre as partes por meio de contratos bilaterais, com preços e condições livremente pactuados; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há comercialização para agentes distribuidores, conforme regras regulatórias aplicáveis. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidas no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamentos críticos: A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é zero (0%). Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da demanda do sistema de coleta de dados da energia da CCEE, deflvida da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda prévios no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e a prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (1)	3.605	3.875	(952)	(917)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(236)	(148)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	-	(12)	(27)
Contratos por cotas de garantia física (4)	790	934	(155)	(164)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	771	773	(286)	(265)
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra II	195	197	(61)	(68)
Energia MMGD (6)	199	205	(18)	(55)
Outros	95	95	-	-
Subtotal	5.655	6.079	(1.771)	(1.685)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	162	157
Total	5.655	6.079	(1.609)	(1.528)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(287)	(271)
Encargos de conexão	(58)	(55)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS (7)	(5)	(9)
Encargos de Energia de Reserva - EER (8)	(75)	(103)
Outros encargos	(7)	-
Subtotal	(432)	(438)
Créditos de PIS e COFINS	40	35
Total	(392)	(403)

Total dos custos com energia elétrica

(*) Não auditado. PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (1) O aumento é decorrente de reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 22 de abril de 2025; (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do NE de 2025 (176,60 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2024 (118,33 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual); (3) Redução decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de anos/meses anteriores; (4) A redução é decorrente da descolocação da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GMME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2025 (REH nº 3.150, de 09 de dezembro de 2022) em relação a 2024; (5) Aumento é decorrente do reajuste da tarifa (R\$/MWh) do gerador a partir de 15 de abril de 2025; (6) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica; (7) Redução do custo com ESS BRÁ devido as contabilizações dos meses de março e abril de 2025, em que a CCEE apontou a existência de um excedente financeiro no setor elétrico. Esse saldo positivo foi gerado, principalmente, pela diferença do PLD entre os submercados, o que possibilitou o ativo financeiro para os agentes com perfil consumo (distribuidoras). O excedente contribuiu para mitigar exposições financeiras negativas e encargos nos referidos meses. Além disso, permitiu a cobertura integral do ativo reativo. O valor total do crédito referente a esse ativo foi de aproximadamente R\$ 1.483 distribuído proporcionalmente entre os agentes com base no consumo de cada um; e (8) Redução no custo de Encargos de Energia de Reserva em função do aumento do PLD em 2025, comparado com 2024.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(51)	(49)
Material	(290)	(281)
Serviços de terceiros	(210)	(179)
Juros sobre obra em andamento	(9)	(7)
Outros	(21)	(10)
Obrigações especiais	44	30
Total	(537)	(423)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		2024	
	Custos de operação	Despesas com vendas administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(87)	(15)	(65)	(167)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(89)	(25)	(42)	(158)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(160)	-	(32)	(194)
Provisão para processos judiciais	-	-	(8)	(8)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(18)	-	7	(11)
Total	(354)	(40)	(146)	(542)

	2025		2024	
	Custos de operação	Despesas com vendas administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(80)	(12)	(61)	(153)
Administradores	-	-	(5)	(5)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(84)	(22)	(30)	(146)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(145)	-	(32)	(177)
Provisão para processos judiciais	-	-	(6)	(6)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(22)	(1)	3	(20)
Total	(331)	(35)	(142)	(508)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2025	2024
Remunerações	(81)	(78)
Encargos sociais	(36)	(35)
Auxílio alimentação	(21)	(20)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(14)	(13)
Provisão para férias e 13º salário	(18)	(18)
Plano de saúde	(14)	(13)
Participação nos resultados	(24)	(27)
(-) Transferências para ordens (2)	5	53
Outros	(14)	(14)
Total	(187)	(153)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; e (2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	2025	2024
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(33)	(32)
Agente arrecadador e credenciado	(6)	(7)
Corte, ligação e religação	(13)	(10)
Atendimento e teleatendimento	(16)	(14)
Serviços técnicos e manutenções	(1)	(2)
Podas de árvore e limpeza faixa	(10)	(9)
Cobrança adm. e negativação	(2)	(2)
Inspeção técnica e pericia	(1)	(1)
Tecnologia da informação	(22)	(22)
Serviços jurídicos	(4)	(4)
Atuação auditoria	(1)	(2)
Comunicação	(2)	(1)
Encerramento de ordem - Custo serviço prestado	(1)	(4)
Vigilância	(2)	(2)
Outros serviços	(18)	(12)
Subtotal	(157)	(147)
Crédito PIS/COFINS	2	2
Total	(155)	(145)

6.3 Depreciação e amortização

	2025	2024
Quota de depreciação e amortização	(197)	(182)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(2)	-
Subtotal	(199)	(182)
Crédito PIS/COFINS	5	5
Total	(194)	(177)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	2025	2024
Seguros	(1)	(1)
Despesas de viagem	-	(3)
Propaganda e publicidade	(3)	6
Multa inadimplência/contratual	35	34
Perda alienação/desativação	(16)	(16)
Material	(20)	(19)
Outros	(4)	(9)
Total	(11)	(20)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	47	46
(-) Tributos sobre receita financeira	(6)	(5)
Outros encargos pagos a receber de clientes e outros títulos	31	30
Atualização de depósitos judiciais	2	2
Outras receitas financeiras	1	2
Total	75	73

Despesas Financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(350)	(303)
Atualização do passivo financeiro setorial	(1)	(8)
Atualização de provisões para processos judiciais	(19)	(9)
Outras despesas financeiras	(46)	(38)
Total	(434)	(358)

Outros resultados financeiros, líquidos

Provisão em variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2) (11) (2)

Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2) (42) 2

Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2) (43) (3)

Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2) (37) 5

Perdas com variações cambiais e monetárias (23) (29)

Ganhos com variações cambiais e monetárias (45) (2)

Total (314) (287)

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e (2) Redução cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve aumento cambial, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente despesa nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%). **8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	746	676
Tributos sobre o lucro às alquotas da legislação - 34%	(254)	(230)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	27	20
Outras deduções	(63)	87
Atualização SELIC indébitos tributários (1)	(2)	4
Outras adições (reversões) permanentes	73	26
Tributos sobre o lucro	(63)	(119)
Alíquota efetiva	8%	18%

(1) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL referentes à atualização monetária de indébitos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Porém, no ano-calendário de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico-tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL. **8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMPL)

Diferenças temporárias: Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego Provisão para processos judiciais adidos sejam Perdas de créditos esperadas - contas a receber Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem Arrendamentos capitalizados Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível Participação nos Lucros e Resultados - PLR Valor justo de ativos financeiros indenizáveis Capitalização de juros de dívida Valor justo de instrumentos financeiros Outros **Total passivo não circulante** (338) (272)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024		
Efeitos reconhecidos no resultado	(68)	(68)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(338)	(266)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(266)	(266)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(272)	(272)

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recoller e imposto corrente passivo longo prazo

	2025	2024
IRPJ	24	14
CSLL	12	6
Total ativo circulante		

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativa de riscos de inadimplência e estimativas de glôsa pelo poder concedente. Os direitos e obrigações originados por consumidores detentores de minigeração ou minigeração distribuída, que injetam energia na rede, excedem a quantidade necessária para abater o próprio consumo naquele período equivalente a um crédito de energia, que é reconhecido como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante do ativo e passivo a restituir é reconhecido como custo de energia. b) Estimativas e julgamentos críticos: O valor presente dos direitos e obrigações será liquidado no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão, eventuais saldos não recuperados ou não repassados serão incluídos na base de indenização prevista para o encerramento da concessão, por qualquer motivo. A Companhia, com suporte de assessores econômicos e regulatórios, revisa anualmente as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente. Os direitos e obrigações relacionados à microgeração ou minigeração distribuída são determinados com base no preço médio de compra da energia no período de injeção na rede elétrica.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devido à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1 Ativo financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	3.544	3.005
Baixas	(4)	(6)
Transferência ativo contratual (1)	415	368
Transferência ativo intangível	-	5
Ajustes a valor justo (2)	172	-
Saldo final do exercício	4.130	3.544
Ativo não circulante	397	3.544

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato; e (2) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 32 em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e pela adequação do ativo financeiro mediante laudo ANEEL 5º ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior. **12.2 Ativo financeiro:** O valor presente dos direitos e obrigações será liquidado no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão, eventuais saldos não recuperados ou não repassados serão incluídos na base de indenização prevista para o encerramento da concessão, por qualquer motivo. A Companhia, com suporte de assessores econômicos e regulatórios, revisa anualmente as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente. Os direitos e obrigações relacionados à microgeração ou minigeração distribuída são determinados com base no preço médio de compra da energia no período de injeção na rede elétrica.

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	299	322
Adições (1)	546	430
Baixas	(9)	(6)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(63)	(28)
Transferências - ativos financeiros (1)	(415)	(368)
Transferências - outros	(3)	-
Saldo final do exercício	355	299
Custo	397	310
Obrigações especiais	(42)	(11)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da ferida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão de distribuição e intangível. **12.3 Política contábil material e julgamentos críticos:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: a) Política contábil material: De acordo com os contratos de concessão: • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão de distribuição é classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. b) Estimativas e julgamentos críticos: Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passivas de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL; e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão	2025	2024
Taxa de amortização a.a.	4,55%	4,55%	4,55%
Saldo em 31 de dezembro de 2024	523	633	633
Baixas	(4)	(194)	(63)
Amortização	(194)	63	63
Transferências - ativo contratual (2)	63	63	63
Saldo em 31 de dezembro de 2025	388	2.117	1.691
Custo	(3)	(1.691)	(38)
Amortização acumulada	(1.691)	630	630
Obrigações especiais	(38)	(6)	(177)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	630	1.691	81
Baixas	(6)	81	81
Amortização	(177)	81	81
Transferências - ativo contratual (2)	81	81	81
Saldo em 31 de dezembro de 2024	523	2.081	1.507
Custo	(3)	(1.507)	(51)
Amortização acumulada	(1.507)	34	34
Obrigações especiais	(51)	30	30

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passam a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração; e (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. **13.1 Política contábil material:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Energia elétrica	188	166
Encargos de uso da rede	43	45
Materiais e serviços	117	102
Energia livre (1)	34	30
Total	382	343
Circulante	348	313
Não circulante	34	30

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos bancários	188	166
Amortização	349	315
Mercado de capitais	3.293	2.549
Empréstimos e financiamentos	3.642	2.904
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	8	-
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(680)	(347)
Títulos e valores mobiliários	(3)	(6)
Dívida líquida	2.967	2.551

15.2 Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2025	2024
Denominados em R\$	3.667	2.925
Indexados a taxas flutuantes	3.294	2.924
Indexados a taxas fixas	373	-
(-) Custos de transação	3.666	2.925
(25)	(21)	(21)
Passivo circulante	3.642	2.904
428	82	
Passivo não circulante	3.214	2.822

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI (1)	74,5%	97,4%
Custo médio em taxa pré (2)	10,8%	10,9%
Saldo da dívida	3.642	2.904
Instrumentos financeiros derivativos	8	-
Dívida total líquida de derivativos	3.650	2.904

(1) Custo médio em taxa pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e (2) Resultado de dívida acumulada 12 meses dividido pelo saldo médio dos últimos 13 meses da dívida bruta. b) Fluxo de pagamentos futuros da dívida. O fluxo de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2026	347	334	4	685
2027	609	305	(2)	912
2028	899	211	-	1.110
2029	228	169	-	397
2030	249	139	-	388
Entre 2031 e 2035	1.246	504	9	1.759
Entre 2036 e 2040	109	9	-	118
Total	3.687	1.671	16	5.374

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de juros de um (taxa Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no empréstimo e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,33 anos (4,36 anos em 31 de dezembro de 2024). c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	2.904	2.713
Efeito no fluxo de caixa:	700	650
Captações (1)	(22)	(539)
Amortizações de principal	(9)	(8)
Custo de captação	(259)	(222)
Pagamento de encargos de dívida	359	310
Efeito no caixa:	(31)	(1)
Variação cambial	3.642	2.904
Marcação a valor justo	(31)	(1)
Saldo final do exercício	3.642	2.904

(1) No exercício final em 31 de dezembro de 2025 a operação captada, no montante de R\$ 700 pela Companhia foi por meio da 13ª emissão de debêntures com prazo de até 10 anos. No exercício final em 31 de dezembro de 2024 a operação captada, no montante de R\$ 650 pela Companhia foi por meio da 12ª emissão de debêntures com prazo de 10 anos. d) Linhas de crédito:

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	18/07/2026	100
Linhas de crédito rotativas	R\$	06/12/2026	200

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2025, é de 0,49% a.a. (0,49% a.a. em 31 de dezembro de 2024) sobre o montante total. e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuiu 92% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de covenants que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

Limites	Medição em Inferior (1)	Medição em 2025 (2)	Medição em 2024 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida - EBITDA	≤ 4,0	3,41	3,45
EBITDA - Resultado financeiro	≥ 2,0	2,46	2,51

Companhia: Dívida líquida - EBITDA ≤ 4,0 2,37 2,24 (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e (3) A Neoenergia S.A. é avaliada e garantidora das dívidas de suas subsidiárias. A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **15.2.1 Política contábil material:** As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício em função do custo de oportunidade. A Companhia possui uma série de instrumentos financeiros passivos não qualificados como hedge accounting sob uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 1.1. a) **Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial**

	2025	2024
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap - taxas de juros - R\$	(8)	-
Posição líquida	(1)	-
Passivo circulante	(7)	-
Passivo não circulante	(7)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo	(8)	-
Contratados para proteção de dívidas	(8)	-

b) **Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes**

	2025	2024
Saldo inicial	-	23
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(8)	(6)
Liquidação financeira entradas (saídas)	-	(26)
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(2)	1
Saldo final	(8)	(9)

15.3.1 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como hedge accounting e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As variações no valor justo dos derivativos que não são qualificadas como hedge accounting são reconhecidas e apresentadas como hedge econômico e a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como hedge accounting, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de hedge são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. b) Estimativas e julgamentos críticos: O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza o método de mensuração mais adequado para cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações civis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas (1)	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	120	5	140
Pagamentos e reversões, liquidadas	(12)	(2)	-	(14)
Atualizações monetárias	10	9	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2025	25	127	5	157
Circulante	-	-	-	9
Não circulante	-	-	-	148
Cíveis	16	118	5	139
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	118	5	135
Pagamentos e reversões, liquidadas	(12)	(2)	-	(14)
Atualizações monetárias	3	6	-	9
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	120	5	140
Circulante	-	-	-	12
Não circulante	-	-	-	128

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se: **Processos trabalhistas:** Trabalho reconhecido; **Processos fiscais:** Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 113 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2024), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão. b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (1)	134	117
Processos trabalhistas (2)	27	6
Processos fiscais (3)	168	153
Processos regulatórios (4)	4	-
Total	377	276

Entre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos: (1) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza contratual e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. (2) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, pedido de demissão voluntária e outras, e ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. (3) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. (4) **Processos regulatórios:** Referem-se às ações regulatórias, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impostas pelo ANEEL. As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (1) e (4) pela variação do INPC, acrescidas de juros de 1% a.m., para as ações civis; (2) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC, em o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58 - e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2025	2
--	------	---

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

	2025	2024
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	165	119
Remunerações intermediárias	130	247
Dividendos adicionais propostos	183	109
	658	476
Natureza da remuneração		
Dividendos	590	416
JCP	78	59
	658	476
Remuneração total por ação	3,94	2,84

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2025 no montante bruto de R\$ 658, dos quais R\$ 183 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, este montante permanece no conhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos. O Conselho de Administração aprovou, em 27 de março de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 14 (R\$ 17 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de Juros sobre capital próprio, pago em 28 de julho de 2025. O Conselho de Administração propôs aos acionistas a remuneração antecipada do exercício 2024, no montante de R\$ 37, que corresponde ao valor de dividendos intermediários, pago em 05 de dezembro de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 19 de dezembro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 20 (R\$ 24 menos R\$ 4 de imposto de renda), na forma de Juros sobre capital próprio, pago em 12 de novembro de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 24 de outubro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício 2025 a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 397, na forma de dividendos intermediários, pago em 05 de dezembro de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 19 de dezembro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 15 (R\$ 18 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de Juros sobre capital próprio, a serem pagos até 31 de dezembro de 2026. Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2025					
RCA de 27 de março de 2025	Juros sobre capital próprio	17	0,0995894	0,1095483	0,1095483
AGOE de 14 de abril de 2025	Dividendos	109	0,6537200	-	-
RCA de 27 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio	19	0,1117820	-	-
RCA de 29 de setembro de 2025	Dividendos	24	0,1443187	-	-
RCA de 24 de outubro de 2025	Dividendos intermediários	397	2,3749030	-	-
RCA de 19 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	18	0,1100471	-	-
		584	-	-	-
2024					
RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	16	0,0962773	0,0949008	0,0949008
AGOE de 11 de abril de 2024	Dividendos	163	0,9892773	1,0442050	1,0442050
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	15	0,0875300	0,0962830	0,0962830
RCA de 22 de julho de 2024	Dividendos	226	1,3146658	1,4461324	1,4461324
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	14	0,0794966	0,0874462	0,0874462
RCA de 21 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	81	0,4737618	0,5211379	0,5211379
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	15	0,0878857	0,0986743	0,0986743
		529	-	-	-

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	18	25
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	475	366
Declarados de exercícios anteriores	109	163
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(12)	(8)
Pagos no exercício	(569)	(528)
Prescrito	(5)	-
Saldo final do exercício	(6)	18

19.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em 31 de dezembro de 2025, em outros resultados abrangentes os lucros dos tributos, de: (i) obrigações atuais na forma de acionistas empregados no montante de R\$ (1) (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2024); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa no montante de R\$ (1) (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024). **19.4 Reserva de capital: a) Reserva especial de câmbio:** Reserva líquida no montante de R\$ 173, sendo R\$ 217 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia em 2024, R\$ 37 que corresponde ao ágio gerado em função do capitalização e R\$ 7 referente a parte do resgate das ações. **19.5 Reservas de lucros: a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o

limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 28. **b) Reserva de incentivo fiscal:** Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 549 (R\$ 524 em 31 de dezembro de 2024). **c) Reserva de retenção de lucro:** Possui como finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 175. **19.6 Política contábil material:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os ganhos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Companhia. As principais transações com partes relacionadas são: (i) transações com partes relacionadas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas ou custos/despesas estão relacionadas a: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos beneficiários de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo. **20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas**

	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	2025	2024
Ativo					
Outros ativos (c)	-	-	-	12	12
				12	12
Passivo					
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	3	-	9	12	12
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	-	-	15	1
				3	15

	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	2024	2025
Ativo					
Outros ativos (c)	-	-	-	14	14
				14	14
Passivo					
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	3	-	9	12	12
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	-	-	13	5
				3	13

20.2 Transações com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	2025	2024
Resultado do exercício					
Recetta operacional líquida (a)	8	-	-	8	8
Custos dos serviços (b)	(21)	-	(76)	(97)	(97)
Despesas gerais e administrativas (b)(e)	-	-	(6)	(6)	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	(13)	(31)	(62)	(106)	(106)

	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	2024	2025
Resultado do exercício					
Recetta operacional líquida (a)	8	-	-	8	8
Custos dos serviços (b)	(22)	-	(72)	(94)	(94)
Despesas gerais e administrativas (b)(e)	-	-	(6)	(6)	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	(14)	(28)	(78)	(120)	(120)

20.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a: **Subsidiárias da Neoenergia**

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ Resultado do exercício (Passivo)	2025	2024
a	Arizona 1	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	Até o fim da concessão da distribuidora	Até o fim da concessão da distribuidora	-	1	-
a	Enebrasil	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	25 anos	2027	-	5	-
a	Mel 2	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	Até o fim da concessão da distribuidora	Até o fim da concessão da distribuidora	-	1	-
a	Céu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	35 anos	2053	-	(2)	(1)
a	Energética Águas da Pedra SA	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	29 anos	2040	(1)	(10)	(1)
b	Neoenergia Brasília	Compartilhamento de Pessoal	N/A	5 anos	2030	-	-	-
b	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de Pessoal	N/A	5 anos	2030	-	-	-
b	Neoenergia Elektro	Compartilhamento de Pessoal	N/A	5 anos	2030	-	(1)	(1)

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ Resultado do exercício (Passivo)	2025	2024
c	Neoenergia	Contrato de FEE por Ával	N/A	1 ano	2026	12	(31)	14
d	Neoenergia	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(16)	-	(13)

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ Resultado do exercício (Passivo)	2025	2024
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	29 anos	2044	(8)	(68)	(8)
a	Narandiba	Transmissão - CUST	IGPM	Até o fim da concessão da distribuidora	Até o fim da concessão da distribuidora	-	(6)	(5)
a	Minerários	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(1)	-	(6)
e	Néos	Previdência privada	N/A	Indeterminado	Indeterminado	-	(6)	(6)

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2025	2024
Salários e benefícios recorrentes	2	1
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	1
	4	5

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	39	641	122	225
Títulos e valores mobiliários	-	3	-	-
Contas a receber de clientes e outros	1,009	-	914	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	2	-	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	2	4,130	-	3,544
Outros ativos	19	-	16	-
Total	1,069	4,774	1,052	3,775
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	382	-	343	-
Empréstimos e financiamentos	3,275	367	2,904	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	106	-	135	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	8	-	-
Passivo de arrendamento	15	-	15	-
Outros passivos	57	-	48	2
Total	3,835	375	3,445	2

CA – Custo Amortizado; **VJR** – Valor Justo por meio do Resultado; **21.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 08.284.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (I) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA COSEERN alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA COSEERN relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Natal, 11 de fevereiro de 2026.

Fabiana Carvalho Lopes - Diretora-Presidente
Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia - Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho - Diretor de Regulação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Ações Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSEERN (Natal - RN, Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSEERN (Natal - RN) em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** O reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica, reconhecida pela Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data da entrega para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas com base na leitura da receita de fornecimento de energia elétrica, incluindo uma perspectiva de parte do cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data da entrega, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluem, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos processos internos de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando se estão alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suportados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes com a natureza específica do volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia elétrica:** Conforme mencionado nas notas explicativas, a Neoenergia possui ativos e passivos financeiros relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, os quais são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, incluindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, e quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICP 01 (R) (IFRIC) 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que serão recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação desses normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente